



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 0204501-2
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Vara: 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri
Impetrante: Carlos Roberto da Silva Júnior
Paciente: Flávio Braz de Souza
Procuradora de Justiça: Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

117

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INDEFERIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECRETO MOTIVADO. DEMONSTRADA NECESSIDADE DA MEDIDA. ORDEM DENEGADA.

1. Não demonstra o Impetrante a ausência de justa causa que fundamente o trancamento da Ação Penal.
2. Incumbe ao impetrante comprovar o que alega na inicial, por meio de prova inequívoca, pena de não ter o pleito conhecido.
3. Não cabe o trancamento da Ação, uma vez que, mesmo que não haja elementos para apurar a existência de autoria, em virtude da displicência do Impetrante, verifica-se haver, mesmo que concisa, a individualização da ação executora de cada denunciado.
4. O decreto prisional se mostra devidamente fundamentado, demonstrando a pertinência e necessidade da medida. Requisitos constantes do art. 312 do CPP presentes e suficientes para a decretação da preventiva.
5. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, impetrado em favor do Paciente Flávio Braz de Souza. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, por unanimidade, pela denegação da ordem, tudo nos termos do relatório, voto digitado, termo de julgamento e demais peças que formam o julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 0204501-2
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Vara: 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri
Impetrante: Carlos Roberto da Silva Júnior
Paciente: Flávio Braz de Souza
Procuradora de Justiça: Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

118

RELATÓRIO

Cuida-se de Habeas Corpus, com pleito liminar, impetrado em favor de Flávio Braz de Souza, denunciado por infração ao art. 121, §2º, incisos I e IV do CPB, nos autos do Proc. nº 222.2009.426-2, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, indigitado coator, sustentando que sofre constrangimento ilegal por inépcia da denúncia, bem como pela ausência dos requisitos da prisão cautelar.

A petição inicial veio acompanhada das cópias da denúncia (fls.06/08), decreto prisional (fls.09/10) e mandado de prisão (fl.11).

Pleito liminar indeferido (fls. 18/19). Informações requisitadas.

O Juízo *a quo*, mediante ofício de fl. 24, presta informe do trâmite processual.

A Procuradora de Justiça, Drª. Maria Tereza de Oliveira e Silva ofereceu parecer de fls. 32/37, opinando pela denegação da ordem.

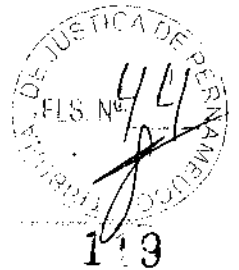
Eis o importante a relatar.

VOTO

Conforme relatado, o *mandamus* tem por objetivo trancar a ação penal de n.º 222.2009.426-2, sob o fundamento de inépcia da denúncia, e, subsidiariamente, desconstituir a custódia cautelar imposta ao Paciente, sob alegação de constrangimento ilegal por ausência dos requisitos que autorizam a prisão preventiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



O Impetrante alega, que a peça acusatória mostra-se confusa, obscura e que não individualiza a ação do paciente. Em face disso, o Requerente pleiteia o trancamento da Ação Penal.

Não demonstra o Impetrante a ausência de justa causa que fundamente o trancamento da Ação Penal. A falta de instrução da inicial – que veio com insuficiência de prova documental - inviabiliza uma escorreita aferição da pertinência do alegado.

Mister se faz aduzir que o Impetrante não juntou a cópia do inquérito policial com a finalidade de verificar-se a existência de indícios suficientes de autoria. Incumbe ao impetrante comprovar o que alega na inicial, por meio de prova inequívoca, pena de não ter o pleito conhecido, por falta de peça essencial à compreensão da controvérsia. Nesse sentido:

O rito da ação constitucional do habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, descabendo conhecer de impetração mal instruída, onde não tenha sido juntada peça essencial para o deslinde da controvérsia, inviabilizando a adequada análise do pedido. (STJ – HC 49090/SP – Rel. Min. Laurita Vaz)

Pelo que se analisa da cópia da denúncia às fls. 06/08, entende-se a participação do paciente como autor intelectual do delito. Apesar de sucinta, a peça inicial, descreve a participação de cada um dos denunciados.

Em face disso não cabe o trancamento da Ação, uma vez que, mesmo que não haja elementos para apurar a existência de autoria, em virtude da displicência do Impetrante, verifica-se haver, mesmo que concisa, a individualização da ação executora de cada denunciado.

Com relação à ilegalidade do decreto prisional por falta de indicação do fato caracterizador de hipóteses que autorizem a prisão preventiva do paciente, não cabe razão ao Impetrante. Veja-se trecho que defere o pedido de prisão preventiva:

"Há prova da existência do crime. Ademais existem indícios de autoria conduzindo aos acusados, havendo sintonia perfeita entre as provas já produzidas. Quanto à presença dos requisitos da garantia da ordem pública,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

120



conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal, os autos encontram-se fartamente fortalecidos e conduzem ao acolhimento de tais circunstâncias como razão de decidir.

(...) A prisão preventiva *in casu* é necessária principalmente como garantia de ordem pública, visando-se a preservação da nossa tão abalada paz social, bem como para aplicabilidade da Lei Penal, assegurando a conveniência da Instrução Penal."

O fundamento, bem claro, esposado no decreto prisional foi assegurar a ordem pública e a aplicação da Lei Penal, requisitos estes constantes do art. 312 do Código de Processo Penal e suficientes para a decretação da preventiva.

À luz do exposto, por não vislumbrar qualquer fundamento para o trancamento da Ação Penal, bem como, não vislumbrar coação ilegal a ser sanada, **voto pela denegação da presente Ordem de Habeas Corpus.**

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator